

1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S/A (Companhia) com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa. Desde 19 de novembro de 2004 a Companhia esteve listada no “Novo Mercado” da BM&FBovespa com seus valores mobiliários negociados sob o código DASA3. Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 02 de fevereiro de 2016, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no “Segmento Tradicional” da BM&FBovespa a partir desta data.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

Durante o exercício de 2014, em função da decisão do Conselho de Administração de Defesa Econômica (“CADE”) datada de 04 de dezembro de 2013, no âmbito do ato de concentração referente à operação de aquisição da MD1 Diagnósticos S.A., a administração da Companhia se comprometeu em alienar ativos em municípios do Estado do Rio de Janeiro compreendendo conjuntamente o valor de R\$ 110.000 de receita por ano, para um único terceiro adquirente que (a) não tenha relação societária (direta ou indireta) com a Companhia; e (b) não detenha mais de 20% (vinte por cento) do mercado relevante de serviço de apoio diagnóstico no município do Rio de Janeiro.

Em reunião do conselho de administração realizada em 27 de dezembro de 2014, foi aprovada a alienação das quotas representativas, direta e indiretamente, de 100% (cem por cento) do capital social da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (“ProEcho”) e Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. (“Lafê”), com todos os direitos a elas inerentes, pelo valor de R\$ 66.000, cujos termos e demais

condições constam do Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 27 de dezembro de 2014, entre a Companhia, na qualidade de vendedora, Newscan Serviços Médicos Ltda., na qualidade de comprador, João Renato Côrtes de Barros Silveira, na qualidade de garantidor, ProEcho e Lafê, na qualidade de intervenientes anuentes, nos termos previamente negociados pela Diretoria. O Conselho de Administração autorizou os membros da Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos relativos, complementares ou decorrentes da celebração do Contrato de Compra e Venda ou necessários à sua conclusão, inclusive perante o CADE, uma vez que a operação foi aprovada pelo referido órgão. Os saldos destas operações descontinuadas encontram-se divulgados na Nota explicativa 13.

Em 01 de abril de 2015 a Companhia divulgou fato relevante comunicando que foi cumprida a condição para alienação à Newscan Serviços Médicos Ltda., das quotas representativas, direta e indiretamente, de 100% do capital social da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. e da Lafê Serviços Diagnósticos Ltda., uma vez que referida operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e, sua conclusão, marca mais uma etapa do cumprimento do Termo de Compromisso e Desempenho celebrado entre a Companhia e o CADE em 4 de dezembro de 2013 (vide Nota explicativa nº 2). Considerando o cumprimento da condição para alienação, foi assinado em 01 de abril de 2015 o Termo de Fechamento da operação, com valor de venda de R\$ 66.000, cujos termos e demais condições constam do Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 27 de dezembro de 2014. Com a baixa dos ativos que representavam a participação nas sociedades alienadas, foi reconhecido no resultado do período perda no montante de R\$ 2.515 registrado na rubrica de Outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de contas a receber pela venda destas participações corresponde a R\$ 62.072 devidamente atualizados pela variação acumulada do IPC-A desde 27 de dezembro de 2014, data do contrato de compra e venda de quotas.

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com 532 unidades ambulatoriais e hospitalares:

Marcas	Estado	31/12/15	31/12/14
Delboni Auriemo (i)	São Paulo	39	43
Lavoisier	São Paulo	99	86
Bronstein	Rio de Janeiro	48	41
Lâmina (i)	Rio de Janeiro	14	16
Pasteur	Brasília	24	25
Frischmann	Paraná	37	34
Image	Bahia	4	4
Laboratório Álvaro	Paraná	13	14
LabPasteur	Ceará	19	18
Vita-Lâmina	Santa Catarina	2	2
Atalaia	Goiás	23	22
Exame	Brasília	32	20
MedImagem	Rio de Janeiro	5	7
DASA (ii)	Rio Grande do Sul	1	3
Cedic/Cedilab	Mato Grosso	7	10
Unimagem	Ceará	1	1
CERPE	Pernambuco	41	39
Sérgio Franco	Rio de Janeiro	65	63
Multi Imagem	Rio de Janeiro	6	6
CDPI	Rio de Janeiro	7	7
Previlab	São Paulo	23	21
Cytolab	São Paulo	18	15
Alta Excelência Diagnóstica – <i>Premium</i>	São Paulo e Rio de Janeiro	<u>4</u>	<u>3</u>
		<u>532</u>	<u>500</u>

Marcas vendidas (Nota explicativa nº1 e 13):

Lafê	Rio de Janeiro	-	18
Proecho	Rio de Janeiro	<u>-</u>	<u>14</u>
		<u>532</u>	<u>532</u>

(i) A marca Club DA contava em 31 de dezembro de 2015 com 23 unidades sendo 19 unidades anexas à marca Delboni Auriemo e 4 unidades à marca Lâmina.

(ii) Estabelecimento da Companhia em atividade no Hospital Mãe de Deus.

Adicionalmente, o CientificaLab opera no setor de saúde pública, cuja receita tem origem nos contratos firmados com clientes do setor público de saúde. Esta operação encerrou o exercício com 31 clientes que demandaram 6,6 milhões de requisições de exames (Em 2014 foram 27 clientes que demandaram 6,1 milhões de requisições de exames). O CientificaLab atende em 629 pontos de coleta, sendo 71 hospitais e 558 ambulatorios (em 2014 atendia em 592 pontos de coleta, sendo 66 hospitais e 526 ambulatorios), que não estão relacionados nas unidades listadas acima.

As informações, listadas acima, não fazem parte do escopo de trabalho de revisão dos auditores independentes.

2 Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”)

Em sessão de julgamento ocorrida em 04 de dezembro de 2013 o Ato de Concentração 08012.010038/2010 foi aprovado pelo Tribunal Administrativo do CADE, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com restrições negociadas com a Companhia e formalizadas por meio de Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”).

A Administração da Companhia realizou as providências necessárias para dar cumprimento tempestivo às obrigações previstas no TCD, sendo que, em 09 de dezembro de 2015, em sessão ordinária, o Tribunal do CADE homologou o cumprimento integral da obrigação de desinvestimento estabelecida no TCD, permanecendo vigentes apenas as seguintes restrições comportamentais:

- (i) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) nos municípios de Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) anatomia patológica e citopatologia (c) ecocardiograma, ecocardiografia, ecodoppler, ecovascular, ecocarótida, vertebrais, e ecotranseofágico, (d) tomografia computadorizada, (e) ressonância magnética, e (f) ultrassonografia;
- (ii) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) tomografia computadorizada e (c) ultrassonografia;
- (iii) transcorridos os prazos iniciais de 3 (três) ou 2 (dois) anos, conforme o caso, previstos respectivamente nos itens (i) e (ii) acima, e pelo prazo adicional de 2 (dois) anos contados após os referidos prazos iniciais, a Companhia deverá submeter à aprovação prévia do CADE quaisquer Operações Qualificadas nas respectivas localidades, mesmo que não atingidos os patamares mínimos de faturamento previstos pela legislação concorrencial para notificação obrigatória de atos de concentração.

Observadas as restrições acima descritas, o TCD (a) não impede operações de reorganização societária da Companhia e de sociedades por esta controlada direta e indiretamente; (b) não restringe aquisições de sociedades que atuem fora dos municípios listados acima; e (c) não contém disposições que possam restringir o crescimento orgânico da Companhia.

3 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na Nota explicativa nº 14.

4 Declarações da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de março de 2016.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em períodos futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5.8 – Redução ao valor recuperável (impairment) – principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado utilizado no cálculo do teste de recuperação do ágio;
- Nota explicativa nº 10 – Contas a receber de clientes – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 20 – Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 22 – Imposto de renda e contribuição social – análise da recuperação dos impostos diferidos; e
- Nota explicativa nº 25 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.5 Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.

4.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

4.7 Reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício de 2014

Visando melhor comparabilidade e atendimento ao item 32a do CPC 18, a Companhia reclassificou do grupo de intangíveis para o grupo de investimentos na controlada ágio na aquisição de participações. O valor reclassificado foi de R\$1.961.854.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

5.1 Base de consolidação

i. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, as combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. O investidor controla a investida quando está exposto ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

iii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento dos balanços. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos no resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

5.3 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que podem ser resgatados diariamente com o próprio emissor do instrumento financeiro sem perda relevante de rendimento.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido e, o excedente ou o déficit resultante é transferido para os/dos lucros acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A partir de 2014, a Companhia e suas controladas não operam mais com instrumentos financeiros derivativos. Até 31 de dezembro de 2013, a contratação das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinava-se exclusivamente à proteção contra riscos associados à variação cambial de posições registradas no balanço patrimonial e que estejam atreladas à moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía operações em aberto de instrumentos derivativos.

Destaca-se que toda a operação com derivativos é submetida para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante proposta da Diretoria, nos termos do inciso XXIX do Artigo 20 do Estatuto Social.

Para todos os riscos (à exceção de risco de liquidez e de crédito) aos quais a Companhia estiver exposta na contratação de instrumentos financeiros derivativos, é obrigatória a elaboração mensal de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25 % de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas de juros e/ou cotações de moedas envolvidas nestas transações.

Os instrumentos derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos

aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

5.4 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e quando aplicável, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. Na média corresponde a um período de 10 anos.

5.5 Ágio e ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

ii. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgados na Nota explicativa nº 16.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

5.6 Arrendamento mercantil

i. Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 27. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

ii. Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os incentivos de arrendamentos pagos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

5.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias (120 dias em 2014).

5.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele

evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos:

Unidade geradora de caixa: Diagnósticos da América S/A.

Determinação dos fluxos de caixa: Volume de receita baseada na maturação das unidades existentes, nos estudos de viabilidade aprovados para as novas unidades, sinergias de receitas nas aquisições e incremento nos serviços de imagem na Companhia; Prazo utilizado para fluxo de caixa: cinco anos;

Taxa de crescimento fluxo de caixa na Perpetuidade: 6,3% a.a.;

Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos): taxa média ponderada do custo de capital da Companhia (13,6% a.a.).

O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as

avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

5.10 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos ao Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

5.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, despesas com taxas de cartão de crédito, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

5.12 Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;

- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável estão apresentados líquidos.

Impostos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

5.13 Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

5.14 Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

5.15 Remuneração baseada em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia nos curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

5.16 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5.18 Operações descontinuadas

O Grupo classifica ativos não circulantes e grupos de alienação quando mantidos para distribuição a acionistas da controladora se os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da distribuição, e não por meio do uso continuado. Esses ativos não circulantes e grupos de alienação classificados como mantidos para distribuição são mensurados a valor contábil e a valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor. Os custos de distribuição são custos incrementais diretamente atribuíveis à distribuição, excluindo custos financeiros e despesas de imposto de renda.

Os critérios de classificação de itens mantidos para distribuição são considerados como atendidos somente quando a venda ou distribuição for altamente provável e o ativo ou grupo de alienação estiver disponível para distribuição imediata em sua presente condição. As ações necessárias para concluir a distribuição devem indicar se é improvável a ocorrência de mudanças significativas na distribuição ou que a distribuição será retirada. A administração deve estar comprometida com a distribuição esperada dentro de um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para distribuição.

Ativos e passivos classificados como mantidos para distribuição são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota explicativa 13. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- i) IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui o IAS 39- Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A vigência do pronunciamento aplica-se aos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (emitidos em 2009, 2010 e 2013) seria permitida se a data de aplicação inicial fosse anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 trará efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- ii) IFRS 15 - Receita de contrato com clientes: Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. A adoção retrospectiva total ou modificada é exigida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A Companhia está avaliando os impactos da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- iii) IFRS 11 – Em maio de 2014, o IASB emitiu alterações à IFRS 11, que exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para os exercícios iniciados em 01.01.16 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A adoção deste pronunciamento não trará impactos às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- iv) IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1o. de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto ao Grupo, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.
- v) IFRS 16 – Arrendamentos - Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do IFRS 16 – Arrendamentos, o qual substitui o IAS 17 – Arrendamentos, que será vigente para exercícios iniciados em 01.01.19, com adoção antecipada permitida para entidades que também adotem o pronunciamento IFRS 15 – Receita de contrato com clientes. A adoção deste pronunciamento trará efeito sobre a classificação e mensuração do ativo imobilizado e dos passivos financeiros, visto que os arrendamentos não serão mais diferenciados entre operacional e, financeiro, sendo o tratamento dado a todos os arrendamentos mercantis similar ao arrendamento mercantil financeiro conforme disposto no IAS 17. A Companhia está avaliando o conteúdo e os impactos da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- vi) As melhorias e alterações efetuadas nos seguintes pronunciamentos: IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias; Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; IAS 16 e 41 - Ativos biológicos e produtos agrícola; IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas e não deverão resultar em efeitos significativos nas Demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações

Essa melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relacionadas com as definições de condições de desempenho e de serviço que representam condições de aquisição. Os esclarecimentos são consistentes com a forma como A Companhia tem identificado quaisquer condições de desempenho e de serviço que representam condições de aquisição em períodos anteriores. Além disso, a Companhia não outorgou prêmios durante o exercício de 2015. Desse modo, essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras ou políticas contábeis da Companhia.

IFRS 3 - Combinações de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultantes de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). Isso é consistente com a atual política contábil da Companhia e, desse modo, essa alteração não teve impacto na política contábil da Companhia.

IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS - 38 Ativo Intangível

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

7.1 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado do imobilizado é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

7.2 Intangível

O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

7.3 Derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

7.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados para a data das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Caixa e bancos	9.875	17.123	12.638	20.059
Aplicações financeiras	<u>276.853</u>	<u>223.144</u>	<u>305.110</u>	<u>254.927</u>
	<u>286.728</u>	<u>240.267</u>	<u>317.748</u>	<u>274.986</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa classificado no ativo circulante consolidado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/15</u>		<u>31/12/14</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>
Caixa e bancos	12.638	-	20.059	-
CDB / Operações Compromissadas	132.461	101,50% do CDI	115.478	101,84% do CDI
Fundo de renda fixa	<u>172.649</u>	101,36% do CDI	<u>139.449</u>	101,20% do CDI
	<u>317.748</u>		<u>274.986</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Aplicações financeiras

Controladora					
31/12/15			31/12/14		
Moeda	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$ 2.596	100,03% do CDI	8.865	100,01% do CDI	
Fundo de renda fixa (a)	R\$ 132.656	105,21% do CDI	58.236	105,55% do CDI	
Certificado Recebíveis Imobiliário (b)	R\$ <u>54.005</u>	IGPM + 8,19%	-		
	<u>189.257</u>		<u>67.101</u>		
Ativo circulante	<u>(127.168)</u>		<u>(51.674)</u>		
Ativo não circulante	<u>62.089</u>		<u>15.427</u>		

Consolidado							
31/12/15				31/12/14			
Moeda	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$	-	2.596	100,03% do CDI	-	8.865	100,01% do CDI
Fundo de renda fixa (a) Certificado Recebíveis Imobiliário (b)	R\$	-	176.306	105,17% do CDI IGPM + 8,19%	-	97.524	105,39% do CDI
Títulos de empresa privada (c)	US\$	-	-	-	31.777	84.405	4,99% a.a.
			<u>232.907</u>			<u>190.794</u>	
Ativo circulante			<u>(159.555)</u>			<u>(165.239)</u>	
Ativo não circulante			<u>73.352</u>			<u>25.555</u>	

(a) Do montante das aplicações não circulantes R\$ 8.085 (15.427 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$ 19.348 (R\$ 25.555 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado estão aplicados em fundos de renda fixa e CDB / Operações compromissadas, corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição.

(b) Títulos de empresas privadas adquiridos pela controladora, com securitização de aluguéis.

(c) Títulos de empresas públicas e privadas adquiridos por subsidiária estabelecida no exterior.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Duplicatas a receber:				
A vencer	342.858	403.587	356.328	421.796
Vencidos (b)	<u>154.595</u>	<u>133.484</u>	<u>210.448</u>	<u>173.653</u>
	497.453	537.071	566.776	595.449
Outras contas a receber:				
Cheques a receber	20.180	320	20.181	330
Cheques devolvidos	1.615	1.445	1.631	1.458
Cartão de crédito	972	12.425	1.155	13.033
Convênios a faturar (a)	<u>49.723</u>	<u>63.606</u>	<u>74.281</u>	<u>80.941</u>
	<u>72.490</u>	<u>77.796</u>	<u>97.248</u>	<u>95.762</u>
Total a receber:	<u>569.943</u>	<u>614.867</u>	<u>664.024</u>	<u>691.211</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos (c)	(69.585)	(44.366)	(94.113)	(60.819)
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(886)</u>
	500.358	570.501	569.911	629.506
Ativo circulante	<u>(498.724)</u>	<u>(569.943)</u>	<u>(567.339)</u>	<u>(626.721)</u>
Ativo não circulante	<u>1.634</u>	<u>558</u>	<u>2.572</u>	<u>2.785</u>

(a) A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período da sua ocorrência.

(b) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

Controladora							
		31/12/15			31/12/14		
	% de provisão	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido
0 a 30		52.205	-	52.205	53.074	-	53.074
31 a 60		21.020	-	21.020	14.253	-	14.253
61 a 90		21.343	-	21.343	8.879	-	8.879
91 a 120	25%	9.754	(2.439)	7.315	7.342	(1.836)	5.506
121 a 180	50%	11.513	(5.756)	5.757	8.457	(4.229)	4.228
181 a 360	75%	19.500	(14.625)	4.875	18.491	(13.868)	4.623
acima de 360	100%	<u>19.260</u>	<u>(19.260)</u>	<u>-</u>	<u>22.988</u>	<u>(22.988)</u>	<u>-</u>
		<u>154.595</u>	<u>(42.080)</u>	<u>112.515</u>	<u>133.484</u>	<u>(42.921)</u>	<u>90.563</u>

Consolidado							
		31/12/15			31/12/14		
	% de provisão	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão para perda	Valor líquido
0 a 30		63.121	-	63.121	64.908	-	64.908
31 a 60		30.022	-	30.022	17.724	-	17.724
61 a 90		28.289	-	28.289	12.825	-	12.825
91 a 120	25%	12.568	(3.142)	9.426	8.561	(2.140)	6.421
121 a 180	50%	14.575	(7.289)	7.286	10.339	(5.170)	5.169
181 a 360	75%	22.848	(17.136)	5.712	28.982	(21.737)	7.245
acima de 360	100%	<u>39.025</u>	<u>(39.025)</u>	<u>-</u>	<u>30.314</u>	<u>(30.314)</u>	<u>-</u>
		<u>210.448</u>	<u>(66.592)</u>	<u>143.856</u>	<u>173.653</u>	<u>(59.361)</u>	<u>114.292</u>

(c) Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Provisões para:				
Títulos vencidos	(42.080)	(42.921)	(66.592)	(59.361)
Créditos duvidosos	(25.890)	-	(25.890)	-
Cheques devolvidos	<u>(1.615)</u>	<u>(1.445)</u>	<u>(1.631)</u>	<u>(1.458)</u>
	<u>(69.585)</u>	<u>(44.366)</u>	<u>(94.113)</u>	<u>(60.819)</u>

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Essa complexidade historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Nos mesmos moldes, a Companhia constitui provisão para devedores considerados duvidosos. Quando necessário e em função exclusivamente do agravamento do nível de risco de crédito de algumas fontes pagadoras, a Companhia constitui provisão adicional específica para esses clientes.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização desses; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

As provisões para perdas estão assim distribuídas:

Provisões para títulos vencidos - Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a Companhia possui uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se os percentuais de provisão divulgados no quadro (b) Títulos vencidos.

Provisões para créditos duvidosos - No sentido de permitir absorver perdas em função do agravamento do risco de crédito, a Companhia complementou provisão em relação a alguns clientes dos mercados privado e público no montante de R\$ 25.890 no exercício de 2015, visto apresentarem situação financeira que enseja maior dificuldade na recuperação dos créditos respectivos. À medida que os títulos provisionados vierem a ser liquidados a Companhia efetuará as reversões a eles atinentes.

Provisões para cheques devolvidos - Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques de clientes pessoa física devolvidos por insuficiência de fundos.

No exercício 2015 as perdas decorrentes de glosas e inadimplência representaram 4,7% da receita operacional bruta (2,6% no exercício de 2014).

A partir de 2012, a Companhia passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 720 dias. No exercício de 2015, por esse critério foram baixados R\$ 15.157 (R\$ 18.531 no exercício de 2014).

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nessa rubrica.

A movimentação no exercício de 2015, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, no consolidado, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014			<u>(60.819)</u>
Variação da provisão consolidada			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(113.009)		
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	79.542	(33.467) (a)	
Provisão de cheques devolvidos			<u>173</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015			<u>(94.113)</u>

(a) Perda no exercício de 2015, conforme Nota explicativa nº 28.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Material direto nacional	37.514	37.824	41.380	42.524
Material direto importado	8.313	8.452	8.912	9.007
Material secundário nacional	13.614	13.409	15.495	14.648
Material de consumo	7.711	6.285	8.300	6.913
Provisão para perda e obsolescência (a)	<u>(3.554)</u>	<u>(945)</u>	<u>(3.988)</u>	<u>(1.150)</u>
	<u>63.598</u>	<u>65.025</u>	<u>70.099</u>	<u>71.942</u>

(a) De forma a refletir a melhor estimativa de perda da Companhia em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída para determinados itens sem movimentação há mais de 180 dias (120 dias até 31 de dezembro de 2014).

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
IR/CS – crédito a recuperar	93.783	85.105	102.505	93.707
PIS/COFINS/CS - retenções na fonte s/ faturamento	44.417	28.735	47.600	30.931
ISS - retenções na fonte s/ faturamento	2.269	7.470	7.587	13.983
INSS a recuperar	6.951	7.874	31.915	29.635
Outros	<u>12.433</u>	<u>10.027</u>	<u>12.965</u>	<u>10.421</u>
	<u>159.853</u>	<u>139.211</u>	<u>202.572</u>	<u>178.677</u>

13 Venda de operação descontinuada

O balanço patrimonial em 01 de abril de 2015 data da efetivação da venda da operação descontinuada, referente a Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (“ProEcho”) e Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. (“Lafê”), tem a seguinte composição:

a) Saldo no consolidado:

	Lafê 01/04/15	Pro Echo 01/04/15	Total 01/04/15
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa	4.589	5.187	9.776
Contas a receber de clientes	14.372	11.038	25.410
Impostos a recuperar e diferidos	2.735	12.727	15.462
Imobilizado	1.521	12.548	14.069
Intangível	385	133	518
Outros Créditos	<u>253</u>	<u>651</u>	<u>904</u>
	23.855	42.284	66.139
Ágio na Controladora referente aquisição da controlada Pro Echo.			<u>15.788</u>
Ativos			<u>81.927</u>
	Lafê 01/04/15	Pro Echo 01/04/15	Total 01/04/15
Passivo:			
Fornecedores	(459)	(433)	(892)
Empréstimos bancários e financiamentos	-	(35)	(35)
Salários, encargos sociais e férias a pagar	(1.034)	(2.007)	(3.041)
Impostos e contribuições a recolher	(2.951)	(411)	(3.362)
Serviços médicos especializados a pagar	(1.592)	(1.908)	(3.500)
Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhista e cíveis	-	(1.355)	(1.355)
Outras contas	<u>(382)</u>	<u>(846)</u>	<u>(1.228)</u>
Passivos de operações descontinuadas	(6.418)	(6.995)	(13.413)

b) Saldo na controladora:

	Lafê 01/04/15	Pro Echo 01/04/15	Total 01/04/15
Acervo líquido das controladas mantidas para venda	17.437	35.289	52.726
Ágio na Controladora referente aquisição da controlada Pro Echo.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.788</u>
Investimento mantido para venda (operação descontinuada)	<u>17.437</u>	<u>35.289</u>	<u>68.514</u>

A demonstração do resultado apurado no período findo em 01 de abril de 2015 das sociedades Pro-Echo e Lafê, e a demonstração do resultado apurado no período findo em 31 de março de 2014 (reclassificado) da sociedade Pro-Echo, estão representados pela rubrica de operações descontinuadas na demonstração do resultado da Companhia, tem a seguinte composição:

	Lafê 01/04/15	Pro Echo 01/04/15	Total 01/04/15	Pro-Echo 31/03/14
Receita operacional líquida	15.046	8.782	23.828	9.677
Custo dos serviços prestados	<u>(8.055)</u>	<u>(10.498)</u>	<u>(18.553)</u>	<u>(10.206)</u>
Lucro Bruto	<u>6.991</u>	<u>(1.716)</u>	<u>5.275</u>	<u>(529)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.014)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>(2.916)</u>	<u>(1.677)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	<u>5.977</u>	<u>(3.618)</u>	<u>2.359</u>	<u>(2.206)</u>
Resultado financeiro	<u>6</u>	<u>95</u>	<u>101</u>	<u>1.481</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>5.983</u>	<u>(3.523)</u>	<u>2.460</u>	<u>(725)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.028)</u>	<u>1.198</u>	<u>(830)</u>	<u>252</u>
Lucro líquido (prejuízo) no período	<u>3.955</u>	<u>(2.325)</u>	<u>1.630</u>	<u>(473)</u>

A demonstração dos fluxos de caixa líquido apurados no período findo em 01 de abril de 2015 das sociedades Pro-Echo e Lafê, tem a seguinte composição:

	Lafê 01/04/15	Pro Echo 01/04/15	Total 01/04/15
Atividades operacionais	245	(220)	25
Atividades de investimentos	-	(389)	(389)
Atividades de financiamentos	2.900	(511)	2.389
Caixa líquido gerado	3.145	(1.120)	2.025

14 Investimentos

14.1 - Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	26.693	27.024	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	158.852	99.785	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. (CERPE)	42.621	38.433	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	32.496	32.262	-	-
DASA Finance Corporation	9.288	4.719	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	2.060	2.081	-	-
Check-UP Unidade Preventiva Ltda. (a)	277	-	-	-
Dasa Property Participações Ltda.	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	272.287	204.307	-	-
Ágio na aquisição de participações	<u>1.960.603</u>	<u>1.961.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	2.232.890	2.166.161	-	-
Outros investimentos	<u>394</u>	<u>679</u>	<u>531</u>	<u>803</u>
	<u>2.233.284</u>	<u>2.166.840</u>	<u>531</u>	<u>803</u>

(a) A empresa controlada Check-UP Unidade Preventiva Ltda., encerrou o exercício de 2014 com patrimônio líquido negativo.

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de ações/quotas possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)	Resultado do exercício
<u>Controladas diretas:</u>							
DASA Real Estate	31/12/2015	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	26.693	(331)
	31/12/2014	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	27.024	(2.963)
CientificaLab	31/12/2015	158.176.629	139.676.628	88,30	158.177	158.852	(1.933)
	31/12/2014	108.176.629	89.676.628	82,90	97.177	99.785	(11.196)
DASA Finance Corp (d)	31/12/2015	18.550.000	18.550.000	100,00	1	9.288	4.569
	31/12/2014	18.550.000	18.550.000	100,00	41.123	4.719	1.924
CERPE	31/12/2015	122.024	120.804	99,00	122	42.621	7.514
	31/12/2014	122.024	120.804	99,00	122	38.433	6.047
Pro Echo (a)	31/12/2015	47.483.058	47.483.058	100,00	-	-	(2.325)
	31/12/2014	47.483.058	47.483.058	100,00	47.483	-	(5.249)
Previlab	31/12/2015	29.613.314	29.509.743	99,65	29.613	32.496	885
	31/12/2014	29.613.314	29.509.743	99,65	29.613	32.262	237
CRMI Petrópolis	31/12/2015	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.060	912
	31/12/2014	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.031	360
LAFÊ Serviços Diagnósticos Ltda. (a)	31/12/2015	6.376.316	6.376.216	99,99	-	-	3.955
	31/12/2014	6.376.316	6.376.216	99,99	10.376	-	207
Dasa Property Part. (b)	31/12/2015	50.000	49.500	99,00	-	-	-
	31/12/2014	50.000	49.500	99,00	50	53	2
Check-UP Unidade Preventiva Ltda. (e)	31/12/2015	6.563.817	6.563.816	99,99	7.064	277	(1.764)
	31/12/2014	6.563.817	6.563.816	99,99	564	(4.459)	(710)
<u>Controlada indireta:</u>							
Stat Análises Clínicas Ltda. (c)	31/12/2015	1.416.000	1.416.000	100,00	-	-	(362)
	31/12/2014	1.416.000	1.411.000	99,66	1.416	(11)	(83)

(a) Em 01 de abril de 2015 a Companhia concluiu a operação de alienação de 100% do capital social da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. e da Lafê Serviços Diagnósticos Ltda.

(b) Conforme instrumento particular de distrato social, firmado em 30 de setembro de 2015, a Sociedade DASA Property Participações Ltda., foi dissolvida e extinta.

(c) Em 01 de outubro de 2015, a empresa controlada indireta Stat Análises Clínicas Ltda. foi incorporada pela empresa controlada direta Previlab Análises Clínicas Ltda.

(d) Em reunião do conselho de administração realizada em 12 de novembro de 2015, foi aprovada a supressão e extinção, nos termos da Lei de Sociedades das Ilhas Cayman, da controlada direta DASA Finance Corporation. Devido ao processo de supressão e extinção da DASA

Finance, conforme autorizado pelos diretores da controlada, em 23 de dezembro de 2015 foi realizada a transferência do montante de R\$ 9.288 para a Companhia (equivalente a USD 2,345,640.25), que era mantido em conta bancária em nome da controlada DASA Finance no exterior. O montante correspondente ao acervo líquido da controlada foi baixado em janeiro de 2016.

- (e) Em reunião do conselho de administração realizada em 17 de dezembro de 2015, foi aprovada a supressão e extinção, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, da controlada direta Check-up UP. Em 13 de janeiro de 2016 em reunião dos sócios da Check-up UP (a Companhia e sua controlada DASA Real Estate), foi acordado distratar, dissolver e extinguir a sociedade, com o levantamento em 31 de dezembro de 2015, do balanço patrimonial de encerramento, para liquidação e apuração dos haveres da sociedade que serão distribuídos às sócias na proporção das cotas do Capital Social de cada um. No referido balanço, não foram apurados quaisquer passivos da Sociedade, sendo que o único ativo apurado foi caixa, no montante de R\$ 277, o que permitiu a celebração do distrato sem necessidade de período de liquidação.

14.2 - Movimentações dos investimentos

	Saldo em 31/12/14	Integrali- zação de capital	Transf. de PL negativo para investimento	JSCP e dividendos propostos (a)	Venda de participa- ção societária (Nota 13)	Baixa de inves- timento	Equiva- lência patri- monial	Saldo em 31/12/15
DASA Real Estate	27.024	-	-	-	-	-	(331)	26.693
CientificaLab	99.785	61.000	-	-	-	-	(1.933)	158.852
CERPE	38.433	-	-	(3.326)	-	-	7.514	42.621
Pro Echo	-	-	-	-	2.325	-	(2.325)	-
Previlab	32.262	-	-	(651)	-	-	885	32.496
DASA Finance Corporation	4.719	-	-	-	-	-	4.569	9.288
CRMI Petrópolis	2.031	-	-	(883)	-	-	912	2.060
Lafê Serviços Diagnósticos	-	2.900	-	-	(6.855)	-	3.955	-
Dasa Property Part.	53	-	-	-	-	(53)	-	-
Check-up UP	-	6.500	(5.696)	-	-	-	(527)	277
	<u>204.307</u>	<u>70.400</u>	<u>(5.696)</u>	<u>(4.860)</u>	<u>(4.530)</u>	<u>(53)</u>	<u>12.719</u>	<u>272.287</u>
Check-up UP (Patrimônio líquido negativo)	(4.459)	-	5.696	-	-	-	(1.237)	-
	<u>199.848</u>	<u>70.400</u>	<u>-</u>	<u>(4.860)</u>	<u>(4.530)</u>	<u>(53)</u>	<u>11.482</u>	<u>272.287</u>

(a) Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos

Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 218, e dividendos propostos no montante de R\$ 458 referente ao exercício de 2013, R\$ 2.064 referente ao exercício de 2014 e R\$ 2.120 referente ao exercício de 2015.

15 Imobilizado

Controladora					
	Taxa média Depreciação	31/12/15			31/12/14
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	824	(564)	260	522
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	536.054	(301.708)	234.346	229.506
Aparelhos e equipamentos	12	582.745	(268.360)	314.385	279.730
Móveis e utensílios	11	70.455	(27.993)	42.462	30.524
Instalações	10	78.092	(29.485)	48.607	42.768
Equipamentos de informática	20	120.744	(74.191)	46.553	45.136
Veículos	20	3.609	(3.054)	555	785
Biblioteca	10	184	(140)	44	55
Terrenos	-	180	-	180	255
Imobilizações em andamento	-	<u>27.762</u>	<u>-</u>	<u>27.762</u>	<u>23.499</u>
		<u>1.420.649</u>	<u>(705.495)</u>	<u>715.154</u>	<u>652.780</u>

Consolidado					
	Taxa média Depreciação	31/12/15			31/12/14
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	4.564	(1.932)	2.632	3.044
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	557.192	(311.316)	245.876	238.573
Aparelhos e equipamentos	12	597.807	(277.820)	319.987	287.223
Móveis e utensílios	11	75.097	(30.153)	44.944	32.202
Instalações	10	79.964	(30.111)	49.853	43.829
Equipamentos de informática	20	125.321	(77.552)	47.769	46.750
Veículos	20	4.315	(3.731)	584	842
Biblioteca	10	195	(150)	45	57
Terrenos	-	6.867	-	6.867	7.135
Imobilizações em andamento	-	<u>27.827</u>	<u>-</u>	<u>27.827</u>	<u>23.573</u>
		<u>1.479.149</u>	<u>(732.765)</u>	<u>746.384</u>	<u>683.228</u>

Movimentação do custo

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/15
Imóveis	1.426	-	-	(602)	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	489.198	36.499	(701)	11.058	536.054
Aparelhos e equipamentos	504.313	95.237	(28.830)	12.025	582.745
Móveis e utensílios	53.963	15.210	(2.039)	3.321	70.455
Instalações	65.251	8.856	(228)	4.213	78.092
Equipamentos de informática	104.262	17.914	(2.663)	1.231	120.744
Veículos	3.990	90	(471)	-	3.609
Biblioteca	184	-	-	-	184
Terrenos	255	-	(75)	-	180
Imobilizações em andamento	<u>23.499</u>	<u>33.705</u>	<u>-</u>	<u>(29.442)</u>	<u>27.762</u>
	<u>1.246.341</u>	<u>207.511</u>	<u>(35.007)</u>	<u>1.804</u>	<u>1.420.649</u>

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências (a)	Venda de operação descontinuada (b)	31/12/15
Imóveis	5.166	-	-	(602)	-	4.564
Benfeitorias em imóveis de terceiros	506.201	41.061	(1.088)	11.058	(40)	557.192
Aparelhos e equipamentos	521.498	96.316	(32.025)	12.365	(347)	597.807
Móveis e utensílios	57.523	16.874	(2.232)	2.932	-	75.097
Instalações	66.780	9.211	(288)	4.261	-	79.964
Equipamentos de informática	109.063	18.263	(3.237)	1.232	-	125.321
Veículos	5.445	90	(1.220)	-	-	4.315
Biblioteca	195	-	-	-	-	195
Terrenos	7.135	-	(268)	-	-	6.867
Imobilizações em andamento	<u>23.573</u>	<u>33.714</u>	<u>(19)</u>	<u>(29.441)</u>	<u>-</u>	<u>27.827</u>
	<u>1.302.579</u>	<u>215.529</u>	<u>(40.377)</u>	<u>1.805</u>	<u>(387)</u>	<u>1.479.149</u>

(a) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

(b) Movimento do exercício das operações descontinuadas conforme mencionado na Nota explicativa nº 13.

Movimentação da depreciação acumulada

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências (a)	31/12/15
Imóveis	(904)	(35)	-	375	(564)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(259.692)	(41.831)	190	(375)	(301.708)
Aparelhos e equipamentos	(224.583)	(63.953)	19.849	327	(268.360)
Móveis e utensílios	(23.439)	(6.396)	1.866	(24)	(27.993)
Instalações	(22.483)	(7.015)	29	(16)	(29.485)
Equipamentos de informática	(59.126)	(17.372)	2.576	(269)	(74.191)
Veículos	(3.205)	(236)	387	-	(3.054)
Biblioteca	(129)	(12)	1	-	(140)
	(593.561)	(136.850)	24.898	18	(705.495)

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências (a)	Venda de operação descontinuada (b)	31/12/15
Imóveis	(2.122)	(185)	-	375	-	(1.932)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(267.628)	(43.682)	303	(375)	66	(311.316)
Aparelhos e equipamentos	(234.275)	(66.194)	21.687	327	635	(277.820)
Móveis e utensílios	(25.321)	(6.799)	1947	(24)	44	(30.153)
Instalações	(22.951)	(7.241)	45	(16)	52	(30.111)
Equipamentos de informática	(62.313)	(17.921)	2918	(269)	33	(77.552)
Veículos	(4.603)	(264)	1136	-	-	(3.731)
Biblioteca	(138)	(12)	-	-	-	(150)
	(619.351)	(142.298)	28.036	18	830	(732.765)

(a) Depreciação relacionada aos gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

(b) Movimento do exercício das operações descontinuadas conforme mencionado na Nota explicativa nº 13.

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

16 Intangível

	Taxa média Amortização	Controladora			
		31/12/15		31/12/14	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
% a.a.					
Sistemas de informática	20	243.423	(163.707)	79.716	100.700
Direito de uso de área comercial	20	5.539	(1.147)	4.392	704
Outros ativos intangíveis	20	12.628	(5.507)	7.121	8.146
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	-
Desenvolvimento de projetos	33	93	(50)	43	93
Marcas	3,3	236.037	(39.558)	196.479	204.161
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	10	9.403	(6.586)	2.817	3.926
Relacionamento com Hospitais	5	35.748	(8.945)	26.803	28.606
Intangível em andamento	-	<u>15.994</u>	<u>-</u>	<u>15.994</u>	<u>-</u>
		<u>571.158</u>	<u>(237.793)</u>	<u>333.365</u>	<u>346.336</u>

Taxa média Amortização		Consolidado			
		31/12/15		31/12/14	
% a.a.		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de participação – Ágio		<u>2.233.505</u>	<u>(248.574)</u>	<u>1.984.931</u>	<u>1.986.182</u>
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	20	247.497	(167.383)	80.114	101.389
Direito de uso de área comercial	20	5.539	(1.147)	4.392	704
Outros ativos intangíveis	20	13.978	(5.801)	8.177	9.473
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	-
Desenvolvimento de projetos	33	101	(53)	48	98
Marcas	3,3	251.161	(42.066)	209.095	218.577
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	10	9.403	(6.586)	2.817	3.926
Relacionamento com Hospitais	5	39.894	(10.807)	29.087	29.747
Intangível em andamento	-	<u>15.994</u>	<u>-</u>	<u>15.994</u>	<u>-</u>
		<u>595.860</u>	<u>(246.136)</u>	<u>349.724</u>	<u>363.914</u>
		<u>2.829.365</u>	<u>(494.710)</u>	<u>2.334.655</u>	<u>2.350.096</u>

Movimentação do custo

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/15
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	234.917	12.792	(2.479)	(1.807)	243.423
Direito de uso de área comercial	1.433	4.336	(230)	-	5.539
Outros ativos intangíveis	12.628	-	-	-	12.628
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	12.293
Desenvolvimento de projetos	10.259	-	-	(10.166)	93
Marcas	236.037	-	-	-	236.037
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	9.403	-	-	-	9.403
Relacionamentos com Hospitais	35.748	-	-	-	35.748
Intangível em andamento	<u>-</u>	<u>15.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.994</u>
	<u>552.718</u>	<u>33.122</u>	<u>(2.709)</u>	<u>(11.973)</u>	<u>571.158</u>

Consolidado					
Movimento do exercício					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/15
Aquisição de participação – Ágio	<u>2.234.756</u>	<u>-</u>	<u>(1.251)</u>	<u>-</u>	<u>2.233.505</u>
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	238.986	12.794	(2.476)	(1.807)	247.497
Direito de uso de área comercial	1.433	4.336	(230)	-	5.539
Outros ativos intangíveis	13.978	-	-	-	13.978
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	12.293
Desenvolvimento de projetos	10.267	-	-	(10.166)	101
Marcas	251.161	-	-	-	251.161
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	9.403	-	-	-	9.403
Relacionamentos com Hospitais	39.894	-	-	-	39.894
Intangível em andamento (b)	<u>-</u>	<u>15.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.994</u>
	<u>577.415</u>	<u>33.124</u>	<u>(2.706)</u>	<u>(11.973)</u>	<u>595.860</u>
	<u>2.812.171</u>	<u>33.124</u>	<u>(3.957)</u>	<u>(11.973)</u>	<u>2.829.365</u>

- (a) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.
- (b) Intangível em andamento: Refere-se a gastos com implementação do sistema ERP Corporativo, visando maior eficiência e melhorias em processos corporativos. A conclusão inicial está prevista para dezembro de 2016.

Movimentação da amortização acumulada

	Controladora				
	Movimento do exercício				
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/15
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(134.217)	(31.322)	1.847	(15)	(163.707)
Direito de uso de área comercial	(729)	(418)	-	-	(1.147)
Outros ativos intangíveis	(4.482)	(1.025)	-	-	(5.507)
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-	-	(12.293)
Desenvolvimento de projetos	(10.166)	(50)	-	10.166	(50)
Marcas	(31.876)	(7.867)	-	185	(39.558)
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	(5.477)	(939)	-	(170)	(6.586)
Relacionamentos com Hospitais	<u>(7.142)</u>	<u>(1.788)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(8.945)</u>
	(206.382)	(43.409)	1.847	10.151	(237.793)

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências (a)	Venda de operação descontinuada (b)	31/12/15
Aquisição de participação – Ágio	<u>(248.574)</u>	-	-	-	-	<u>(248.574)</u>
Outros Intangíveis						
Sistemas de informática	(137.597)	(31.648)	1.844	(12)	30	(167.383)
Direito de uso de área comercial	(729)	(418)	-	-	-	(1.147)
Outros ativos intangíveis	(4.505)	(1.296)	-	-	-	(5.801)
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-	-	-	(12.293)
Desenvolvimento de projetos	(10.169)	(50)	-	10.166	-	(53)
Marcas	(32.584)	(8.371)	-	(1.111)	-	(42.066)
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	(5.477)	(939)	-	(170)	-	(6.586)
Relacionamentos com Hospitais	<u>(10.147)</u>	<u>(1.937)</u>	-	<u>1.277</u>	-	<u>(10.807)</u>
	<u>(213.501)</u>	<u>(44.659)</u>	<u>1.844</u>	<u>10.150</u>	<u>30</u>	<u>(246.136)</u>
	<u>(462.075)</u>	<u>(44.659)</u>	<u>1.844</u>	<u>10.150</u>	<u>30</u>	<u>(494.710)</u>

(a) Amortização relacionada aos gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

(b) Movimento do exercício das operações descontinuadas conforme mencionado na Nota explicativa nº 13.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Venci- mento final	Controladora		Consolidado	
			31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Moeda nacional</u>						
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/2018	38.315	71.650	38.315	71.650
Banco Santander	90,13% do CDI	14/03/2016	43.223	-	43.223	-
BNDES - FINAME PSI (ii) (v)	6% a.a. a 9,5%a.a.	15/12/2024	22.401	7.083	22.401	7.083
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 27 (v)	CDI + 2,03% a.a.	14/10/2016	<u>899</u>	<u>3.797</u>	<u>899</u>	<u>3.797</u>
			104.838	82.530	104.838	82.530
<u>Moeda estrangeira</u>						
Financiamentos de Equipamentos (i), (ii) e (v)	6,52% a.a.	01/12/2016	776	1.331	776	1.331
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 27 (ii)	2,97% a.a.	23/03/2016	124	2.062	124	2.062
Banco Credit Agricole (iii) (iv)	1,32% a.a.	15/07/2015	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.077</u>
			900	3.393	900	83.470
			<u>105.738</u>	<u>85.923</u>	<u>105.738</u>	<u>166.000</u>
Passivo circulante			<u>(58.028)</u>	<u>(34.634)</u>	<u>(58.028)</u>	<u>(114.711)</u>
Passivo não circulante			<u>47.710</u>	<u>51.289</u>	<u>47.710</u>	<u>51.289</u>

Empresas garantidoras:

(i) DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.

(ii) Nota Promissória de 125% do valor do contrato em nome da Companhia.

(iii) Diagnósticos da América S.A.

(iv) Fiança bancária e aplicação financeira em garantia são títulos de empresas públicas e privadas adquiridos pela controlada DASA Finance Corporation

(v) Bem financiado.

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados como segue:

	<u>Na controladora e no consolidado</u>
2017	19.304
2018	11.907
2019	3.336
2020 a 2024	<u>13.163</u>
	<u>47.710</u>

A Companhia concedeu aval de R\$ 2.283 para a controlada CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. junto ao Banco Potencial Seguradora.

18 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Debêntures não conversíveis	1.145.834	1.041.667
Juros remuneratórios	<u>39.889</u>	<u>24.589</u>
	<u>1.185.723</u>	<u>1.066.256</u>
Custo de transação	(4.008)	(3.999)
Debêntures em tesouraria (a)	<u>(37.897)</u>	<u>-</u>
	<u>1.143.818</u>	<u>1.062.257</u>
Circulante	<u>(296.170)</u>	<u>(318.932)</u>
Não circulante	<u>847.648</u>	<u>743.325</u>

- (a) Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da 1ª série da 5ª emissão, que serão mantidas em custódia junto ao Banco Credit Agricole S.A. para futura recolocação no mercado.

As Debêntures têm o seguinte prazo para amortização do valor principal da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Emissões:

29/04/2016	233.334
25/10/2016	62.500
17/10/2017	225.000
10/03/2018	249.820
17/10/2018	225.000
10/03/2020	<u>150.180</u>
	<u>1.145.834</u>

2ª Emissão

Em reunião realizada em 16 de março de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a captação de recursos mediante a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, para distribuição pública no valor total de até R\$ 810.000 com regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 16 de maio de 2011, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 11 de maio de 2011, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da segunda emissão da DASA. Foram subscritas 70.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados da data de emissão no valor total de R\$ 700.000. As Debêntures contam com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa correspondente a 1,40%. Sendo a data de emissão o dia 29 de abril de 2011, o valor nominal unitário de cada debênture será pago em 3 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 36º mês a contar da data de emissão. O pagamento dos juros remuneratórios é semestral, ocorrendo no dia 1º dos meses de abril e outubro, e o débito na conta corrente da Companhia ocorre um dia antes do vencimento.

3ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da terceira emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 25.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 250.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 01 de novembro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 31 de outubro de 2012, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da terceira emissão da DASA. Foram subscritas 25.000 Debêntures, com prazo de 4 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 250.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

O valor nominal unitário será amortizado em 4 parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. Três parcelas, cada uma no valor correspondente a 25% do valor nominal unitário de cada Debêntures, devidas em 25 de outubro de 2013, 25 de outubro de 2014 e 25 de outubro de 2015; e
- II. Uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures, devida em 25 de outubro de 2016.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 31 de outubro de 2012 no montante de R\$ 250.304 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados (i) para o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia; e (ii) o saldo para reforço do capital de giro da Companhia.

4ª Emissão

Em 13 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da quarta emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 45.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 450.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 18 de outubro de 2013 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 17 de outubro de 2013, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da quarta emissão da Companhia. Foram subscritas 45.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 450.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, no 48º e 60º mês, contado a partir da data de emissão das debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 16 de outubro de 2013 no montante de R\$ 450.000 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em 09 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da quinta emissão, pela Companhia, em até duas séries, de, no mínimo, 40.000 debêntures e, no máximo, 50.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total de, no mínimo R\$400.000 e, no máximo, R\$500.000, na data de emissão, qual seja, 10 de março de 2015, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 26 de março de 2015 foi encerrada a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da quinta emissão da Companhia. Foram subscritas 40.000 Debêntures.

A primeira série com prazo de 3 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 249.820. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,05% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, no 24º e 36º mês, contado a partir da data de emissão das debêntures.

A segunda série com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 150.180. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, no 48º e 60º mês, contado a partir da data de emissão das debêntures.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de setembro de 2015 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu entre 20 e 23 de março de 2015 no montante de R\$ 400.000 e os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia, incluindo a amortização de principal e o pagamento dos juros das debêntures da segunda e terceira emissão da Companhia, e o saldo, se houver, será utilizado para reforço de capital de giro.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

Indicador	Condição contratual (a)	Condição em 31/12/15	Condição em 31/12/14
<i>EBITDA</i> – últimos 12 meses (b)		345.222	416.056
Resultado financeiro – últimos 12 meses		105.866	100.971
Risco sacado (c)		2.729	-
Dívida líquida		718.248	788.032
1- Dívida líquida / <i>EBITDA</i> - índice máximo			
2ª Emissão	2,50	2,09	1,89
3ª Emissão	3,00	2,09	1,89
4ª Emissão	3,00	2,09	1,89
5ª Emissão	3,00	2,09	1,89
2- <i>EBITDA</i> / Resultado financeiro - índice mínimo			
2ª Emissão	2,00	3,26	4,12
3ª Emissão	2,00	3,26	4,12
4ª Emissão	2,00	3,26	4,12
5ª Emissão	2,00	3,26	4,12

- (a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.
- (b) As informações e *EBITDA*, não fazem parte do escopo de trabalho de revisão dos auditores independentes.
- (c) Com o intuito de auxiliar alguns fornecedores da companhia e viabilizar a negociação de compra de insumos de acordo com os prazos praticados, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA S.A. operações de Risco Sacado na qual seus fornecedores de mercadorias e serviços tem a opção de antecipar o recebimento dos títulos emitidos contra a Companhia. O limite disponível junto ao banco é de R\$ 20.000 na controladora e R\$ 30.000 no consolidado, as operações possuem prazo que podem variar de 7 a 120 dias e taxa de juros equivalente a CDI+3,1% a.a.. Em 31 de dezembro de 2015 o montante de pagamentos antecipados aos nossos fornecedores pelo Banco Itaú BBA S.A. Por entender que houve mudança no prazo de pagamento, no limite de crédito estabelecido em função do risco da Companhia e existir custo financeiro envolvido na operação, foi registrado em rubrica específica de Outras Contas à Pagar o montante de R\$ 2.411 na controladora e R\$ 2.729 no consolidado. Adicionalmente a Companhia considera os valores em questão no cálculo de sua dívida líquida para apuração dos níveis máximos de endividamento (covenants) existentes nas debêntures de sua emissão e inclui o mesmo no fluxo de caixa de financiamento.

19 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Atualização</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	05/2016	2.595	8.493	2.595	8.493
Garantida com aplicações financeiras	(a)	11/2016 e 04/2017	<u>8.085</u>	<u>15.427</u>	<u>19.348</u>	<u>25.555</u>
			<u>10.680</u>	<u>23.920</u>	<u>21.943</u>	<u>34.048</u>
Circulante			<u>(912)</u>	<u>(3.783)</u>	<u>(912)</u>	<u>(3.783)</u>
Não circulante			<u>9.768</u>	<u>20.137</u>	<u>21.031</u>	<u>30.265</u>

(a) Atualizada à taxa média de 105,17% do CDI (105,39% do CDI em 31 de dezembro de 2014) em fundos de renda fixa, e 100,03% do CDI (100,01% do CDI em 31 de dezembro de 2014) em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras, conforme Nota explicativa nº 9.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	4.005	15.268
2018 a 2020	<u>5.763</u>	<u>5.763</u>
Total	<u>9.768</u>	<u>21.031</u>

20 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

Controladora				
	31/12/15		31/12/14	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	5.323	1.774	5.692	1.653
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	17.668	13.237	17.586	12.936
Contingências tributárias (c)	<u>36.611</u>	<u>52.429</u>	<u>35.776</u>	<u>46.678</u>
	<u>59.602</u>	<u>67.440</u>	<u>59.054</u>	<u>61.267</u>
Consolidado				
	31/12/15		31/12/14	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	5.323	1.774	5.692	1.653
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	17.758	14.360	17.676	13.948
Contingências tributárias (c)	<u>37.460</u>	<u>53.083</u>	<u>36.508</u>	<u>47.333</u>
	<u>60.541</u>	<u>69.217</u>	<u>59.876</u>	<u>62.934</u>

(a) ICMS sobre importação

A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, não vinha recolhendo desde fevereiro de 2000 o ICMS na importação de insumos e equipamentos para utilização na prestação de seus serviços, uma vez que se discute se a Companhia é contribuinte do ICMS nessas transações. Para os montantes de ICMS a recolher sobre importações de insumos e equipamentos realizadas até a promulgação da Emenda Constitucional 33 de 11 de dezembro de 2001, os assessores jurídicos externos entendem que as chances de perda são remotas, já para os montantes de ICMS a recolher gerados entre a Emenda Constitucional 33 e a edição da Lei Complementar 114, de 16 de dezembro de 2002, foi atribuído o grau de risco de perda como possível, assim como para as importações de equipamentos realizadas na modalidade de arrendamento mercantil, exceção apenas para um auto de infração que se encontrava em fase administrativa de julgamento e que teve sua avaliação de risco revisada para provável pelos assessores jurídicos externos. Esta revisão de risco exigiu da administração uma provisão adicional nesta rubrica no trimestre findo em 30 de junho de 2015 correspondente ao montante de R\$ 12.031, sendo R\$ 8.812 registrados na rubrica de Despesas Financeiras e R\$ 3.219 em Imobilizações em Andamento por se tratar de uma aquisição de equipamento, ainda em relação a este auto de infração, em 15 de dezembro de 2015, a Companhia, obteve o aceite ao Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS no Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 61.625/2015, que permitiu o pagamento do débito à vista em 21 de dezembro de 2015 pelo montante de R\$ 6.133, considerando as reduções previstas no PEP no montante de R\$ 6.552 registrado a crédito na rubrica de Despesas Financeiras. Por fim, após a edição da Lei Complementar nº 114 de 16 de dezembro de 2002, os

advogados externos entendem que as chances de perda são prováveis, para os quais a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2015 uma provisão no montante de R\$ 5.323 (R\$ 5.692 em 31 de dezembro de 2014), com depósitos judiciais no montante de R\$ 1.774, ambos atualizados pela SELIC.

(b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia era parte em 1.555 ações trabalhistas (1.628 em 31 de dezembro de 2014) e em 1.277 ações cíveis administrativas e judiciais (1.233 em 31 de dezembro de 2014). As provisões de R\$ 17.668 (R\$ 17.586 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$ 17.758 (R\$ 17.676 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado de R\$ 73.193 (R\$ 89.304 em 31 de dezembro de 2014) referentes a processos classificados pelos seus assessores legais como de perda possível, dos quais R\$ 23.517 (R\$ 23.011 em 31 de dezembro de 2014) se referem a questões cíveis e R\$ 49.677 (R\$ 66.293 em 31 de dezembro de 2014) a questões trabalhistas. A Companhia não provisiona os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a (i) R\$ 16.127 relativo a ações trabalhistas, e, (ii) R\$ 4.317 relativo às ações cíveis administrativas e judiciais, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota explicativa nº 9 (a).

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, num processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500, aplicáveis à operadora de plano de saúde e não à Companhia. Em 20 de agosto de 2015 foi proferida sentença julgando a demanda improcedente. Aguarda-se a interposição de eventual recurso.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a Companhia a registrar os médicos intervenientes anuentes – o que representa aproximadamente 22 profissionais, além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. A Companhia e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da Companhia foram acolhidos contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Aguarda-se eventual interposição de Agravo de Instrumento. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é

provável para o dano moral coletivo no importe de R\$ 500 e para o de registro de funcionário de aproximadamente 22 profissionais e remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

Em agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos trabalhistas pela TRD (Taxa Referencial Diária), a qual foi substituída pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial). O efeito da atualização monetária nos processos trabalhistas advindo dessa decisão, na Companhia e em suas controladas, resultaria em uma provisão adicional em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.937, apurada com base no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto. Dadas as controvérsias que cercam o tema, a materialização desse impacto com base em opinião legal emitida pelos assessores jurídicos externos da Companhia é classificada como possível, portanto não foi provisionada. A Companhia acompanhará o desenvolvimento dos questionamentos referentes à constitucionalidade desta decisão.

(c) Provisões para contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 36.611 (R\$ 35.776 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$ 37.460 (R\$ 36.508 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. Tais questionamentos abrangem, basicamente, as contribuições ao PIS, COFINS, INSS e FGTS. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado de R\$ 187.892 (R\$ 282.275 em 31 de dezembro de 2014) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 3.556 referentes a processos de ICMS sobre importações de equipamentos na modalidade leasing e importações diretas de insumos e equipamentos realizados entre a EC 33 (editada em dezembro de 2001) e a Lei Complementar 114 (editada em dezembro de 2002), R\$ 66.750 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, e, R\$ 117.586 referem-se a outros processos tributários de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Companhia não provisiona também os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a R\$ 6.911 relacionados, basicamente, a ICMS, INSS, IRPJ e CSLL, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota explicativa nº 9 (a).

Em 07 de março de 2016, a administração tomou conhecimento ao consultar seu relatório de situação fiscal junto à Receita Federal do Brasil, de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. A administração impetrou Mandado de Segurança em 17 de março de 2016 buscando medida processual de defesa a qual entende adequada aos interesses da Companhia. Ademais, considerando a data de ciência de referido procedimento, ainda não foi possível a realização de avaliação quanto às chances de perda do mérito de referido processo.

Movimentação das provisões para contingências

Controladora					
	31/12/14	Movimento do exercício			31/12/15
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	5.692	3.826	(4.389)	194	5.323
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	17.586	13.801	(14.609)	890	17.668
Provisão para contingências tributárias	<u>35.776</u>	<u>-</u>	<u>(1.717)</u>	<u>2.552</u>	<u>36.611</u>
	<u>59.054</u>	<u>17.627</u>	<u>(20.715)</u>	<u>3.636</u>	<u>59.602</u>
Consolidado					
	31/12/14	Movimento do exercício			31/12/15
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	5.692	3.826	(4.389)	194	5.323
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	17.676	13.801	(14.609)	890	17.758
Provisão para contingências tributárias	<u>36.508</u>	<u>117</u>	<u>(1.717)</u>	<u>2.552</u>	<u>37.460</u>
	<u>59.876</u>	<u>17.744</u>	<u>(20.715)</u>	<u>3.636</u>	<u>60.541</u>

21 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 2.234.135, representado por 311.803.015 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 de ações ordinárias.

a. Composição acionária

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2015			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	224.308.396	71,94%	224.308.396	71,94%
Conselho de Administração	7.494.234	2,40%	7.494.234	2,40%
Diretoria	131.989	0,04%	131.989	0,04%
Ações em tesouraria	913.732	0,29%	913.732	0,29%
Ações em circulação no mercado	78.954.664	25,32%	78.954.664	25,32%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2014			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	224.308.396	71,94%	224.308.396	71,94%
Conselho de Administração	7.472.934	2,40%	7.472.934	2,40%
Diretoria	83.538	0,03%	83.538	0,03%
Comitê de Auditoria Estatutário	1	0,00%	1	0,00%
Ações em tesouraria	1.052.459	0,34%	1.052.459	0,34%
Ações em circulação no mercado	78.885.687	25,30%	78.885.687	25,30%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

b. Pagamento baseado em ações

O Conselho de Administração aprovou em 07 de dezembro de 2010 um novo Plano de outorga de Ações para administradores e empregados da Companhia (“Novo Plano”) e no dia 16 de dezembro de 2010 estabeleceu as principais diretrizes para esse Novo Plano.

O Novo Plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2011.

Em 24 de abril de 2012, em reunião de Conselho de Administração foi aprovada a outorga de ações no âmbito do Novo Plano e o segundo programa de outorga de ações que, dentre outras questões, elegeu os Beneficiários.

Cada Beneficiário, cumpridas as condições previstas no plano, receberá Opções para aquisição ou subscrição de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, em número correspondente ao percentual de até 250% (duzentos e cinquenta por cento) de Ações Próprias (adquiridas pelos beneficiários), sendo que os percentuais individuais para cada Beneficiário são definidos pelo Conselho de Administração e constam do Contrato celebrado com cada Beneficiário.

Além do valor investido pelo Beneficiário para aquisição das Ações Próprias, não será exigida outra contraprestação em dinheiro do Beneficiário para o exercício do benefício, sendo que referido preço está consubstanciado na obrigação do Beneficiário em adquirir e manter as Ações Próprias em carteira (sob sua titularidade) pelo período de 3 (três) anos após a aquisição das mesmas.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Beneficiários, total ou parcialmente, após o decurso de 3 (três) anos completos a contar da data de celebração do Contrato (prazo de *Vesting*).

Respeitado o prazo de *Vesting*, o Beneficiário poderá exercer seu direito, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término do prazo de *Vesting*, respeitados os requisitos, datas e periodicidades específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

No mês de junho de 2012 a Diretoria celebrou contratos de outorga de opções de ações aos beneficiários do plano, com prazo de *Vesting* até junho de 2015.

Movimentação no exercício das opções outorgadas em junho de 2012:

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor da ação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>162.083</u>	<u>1.769</u>	10,91
Cancelamentos/ liquidações	(50.677)	(678)	
Liquidações com ações em tesouraria (a)	(138.727)	(1.366)	
Adições	<u>29.019</u>	<u>292</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.698</u>	<u>17</u>	10,15

- (a) Em reunião do conselho de administração realizada em 10 de julho de 2015, em observância ao disposto no item 5 do Segundo Programa, e conforme facultado pelo artigo 3º, inciso II, da Instrução CVM 390, de 8 de julho de 2003, foi aprovada a transferência, em operações privadas, de 140.425 ações em tesouraria aos beneficiários e titulares de opções de compra de ações no âmbito do referido Segundo Programa, das quais, 138.727 ações foram outorgadas e exercidas de acordo com seus termos e condições.

c. Ações em tesouraria

Descrição da operação	Quantidade de ações	Valor	Preço médio por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.052.459	16.905	16,06
Transferências (a)	<u>(138.727)</u>	<u>(2.228)</u>	16,06
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>913.732</u>	<u>14.677</u>	16,06

- (a) Refere-se a liquidação das opções outorgadas no montante de R\$ 1.366, conforme divulgado no item (b) desta nota, acrescido de R\$ 862 referente ajuste ao valor médio histórico por ação das ações em tesouraria registrado contra a rubrica de Retenção de lucros.

d. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	23.813	82.289
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	311.803	311.803
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(1.001)</u>	<u>(1.052)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.802	310.751
Lucro básico por ação - R\$	0,07662	0,26481

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações.

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	23.813	82.289
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.802	310.751
Ajuste por opções de compra de ações	<u>-</u>	<u>193</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	310.802	310.944
Lucro diluído por ação - R\$	0,07662	0,26464

Com a liquidação de grande parte do segundo programa do plano de ações, divulgado item (b) desta Nota, praticamente não há mais nenhum instrumento financeiro diluidor das ações.

e. Capital social

Em sessão de julgamento realizada em 16 de julho de 2014 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), foi aprovada a aquisição de ações ordinárias da Companhia pela Cromossomo Participações II S/A, em decorrência da qual Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno (acionistas detentores, indiretamente, da totalidade do capital social da Cromossomo), passam a controlar, direta e indiretamente, mais de 70% do capital da Companhia, conforme objeto do Ato de Concentração 08700.002372/2014-07. Referida aprovação pelo CADE foi condicionada ao cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”), mecanismo da atual lei de defesa da concorrência (Lei 12.529/11) que equivale ao antigo Termo de Compromisso de Desempenho, aplicado sob a vigência da Lei 8.884/94.

O ACC obriga os acionistas da Cromossomo a aderirem formalmente às obrigações já previstas no Termo de Compromisso de Desempenho celebrado pela Companhia com o CADE, nos autos do Ato de Concentração nº 08012.010038/2010-4, o qual analisou a associação da Companhia, MD1 Diagnósticos S.A. e outras, conforme informado em Fato Relevante divulgado pela Companhia em 04 de dezembro de 2013.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Lucro líquido do exercício - Controlador	23.813
Constituição da reserva legal	<u>(1.191)</u>
Base para distribuição de dividendos	22.622
Proposta de dividendos	
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	5.656
Dividendos adicionais propostos	<u>562</u>
Total de dividendos a distribuir	<u>6.218</u>
Total de dividendos a distribuir por ação	0,002
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2015 (ex-tesouraria)	310.889.283

Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2015, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 23 de abril de 2015, cujos os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como de orçamento de capital do ano de 2016, observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu estatuto social, conforme segue:

	(informação não auditada)
Aplicações:	em 2016:
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	377.573
TI – Modernização, desenvolvimento e manutenção.	90.964
Outros	<u>1.271</u>
Total das aplicações	<u>469.808</u>
Fontes:	
Reserva de retenção de lucro	16.404
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2016 (não auditado)	<u>453.404</u>
Total das fontes	<u>469.808</u>

Constituição de reserva

Reserva legal	1.191
Retenção de lucros	<u>16.404</u>
	<u>17.595</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados pelo regime do lucro real, exceto para as controladas Multi-Imagem Petrópolis e Dasa Property, nas quais é adotado o regime do lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.524	121.636	53.311	147.725
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(16.498)	(41.356)	(18.126)	(50.227)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	3.904	13.490	-	-
Juros sobre capital próprio	(74)	(2.774)	-	-
Despesas indedutíveis	(1.589)	(8.663)	(1.606)	(11.336)
Outros ajustes				
Resultado de empresa controlada no exterior	-	-	1.554	654
Lucro presumido	-	-	300	277
Amortização de ágio sobre incorporação reversa	-	-	-	764
- Dasa Brasil Participações	-	-	-	-
Ajuste - Equivalência patrimonial de operação descontinuada	-	-	554	-
Complemento de imposto diferido sobre ágio	(10.500)	-	(10.500)	-
Outros	47	(44)	(1.283)	465
	(24.711)	(39.347)	(29.107)	(59.403)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(2.533)	(21.175)
Impostos diferidos	(24.711)	(39.347)	(26.574)	(38.228)
Total	(24.711)	(39.347)	(29.107)	(59.403)
Alíquota efetiva	-51%	-32%	-55%	-40%

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2015 e 2014 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Controladora		Resultado Controladora
	31/12/15	31/12/14	31/12/15
Prejuízo fiscal e base negativa	217.450	198.309	19.141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	23.619	15.045	8.574
Provisão serviços médicos especializados	11.905	11.402	503
Provisões diversas	15.531	1.997	13.534
Provisões para obsolescência	1.204	317	887
Provisão para contingências	16.160	15.892	268
Reversão da vida útil do imobilizado	297	-	297
Outros	1.803	3.045	(1.242)
Amortização de ágio	(360.466)	(281.385)	(79.081)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(77.013)	(80.616)	3.603
Reversão da vida útil do imobilizado	-	(8.559)	8.559
Outros	(7.396)	(7.239)	(157)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(156.906)	(131.792)	-
			(25.114)
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	-	-	
Passivo fiscal diferido	(156.906)	(131.792)	
<u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u>	<u>(156.906)</u>	<u>(131.792)</u>	
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>			
	<u>31/12/15</u>		
Saldo de Abertura	(131.792)		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(24.711)		
Impostos diferidos utilizados na liquidação do Proreliit	(403)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(156.906)</u>		

	Balço Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15
Prejuízo fiscal e base negativa	258.590	240.628	17.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	31.755	20.539	11.216
Amortização de ágio	3.291	7.936	(4.645)
Provisão serviços médicos especializados	12.012	11.512	500
Provisões diversas	16.486	2.094	14.392
Provisões para obsolescência	1.288	386	902
AVP - Títulos a receber de longo prazo	-	301	(301)
Provisão para contingências	16.413	16.146	267
Reversão da vida útil do imobilizado	168	-	168
Outros	1.803	3.045	(1.242)
Amortização de ágio	(361.097)	(282.016)	(79.081)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(82.080)	(85.904)	3.824
Reversão da vida útil do imobilizado	-	(9.250)	9.250
Outros	(7.428)	(7.238)	(190)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(108.799)	(81.821)	-
			(26.978)

Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :

Ativo fiscal diferido	52.693	53.028
Passivo fiscal diferido	(161.492)	(134.849)
<u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u>	<u>(108.799)</u>	<u>(81.821)</u>

Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido

	<u>31/12/15</u>
Saldo de Abertura	(81.821)
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(26.575)
Impostos diferidos utilizados na liquidação do Prorelit	(403)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(108.799)</u>

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o exercício de 2015.

Com relação aos tributos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL consolidadas, a Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 10 (dez) anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal acrescido / (utilizado) anualmente	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Imposto de Renda	(31.688)	18.134	(2.605)	(19.639)	(52.940)	(48.349)	(55.805)	(44.793)	(5.209)	(8.433)	(251.327)
Contribuição Social	(11.408)	6.528	(938)	(7.070)	(19.058)	(17.406)	(20.090)	(16.125)	(1.875)	(3.037)	(90.479)
Total	(43.096)	24.662	(3.543)	(26.709)	(71.998)	(65.755)	(75.895)	(60.918)	(7.084)	(11.470)	(341.806)

23 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Custo com pessoal	504.590	428.077	570.329	532.307
Custo com material	482.347	388.431	531.866	492.202
Custo com serviços e utilidades	729.546	610.494	759.135	691.145
Custo com depreciações e amortizações	126.405	92.173	130.148	107.455
Gastos gerais	<u>30.047</u>	<u>28.446</u>	<u>34.518</u>	<u>33.956</u>
	<u>1.872.935</u>	<u>1.547.621</u>	<u>2.025.996</u>	<u>1.857.065</u>

24 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Despesas com pessoal	237.607	199.828	258.994	242.801
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	39.292	31.748	42.785	34.668
Serviços e utilidades	103.312	94.442	116.422	118.788
Propaganda e publicidade	14.747	15.341	15.636	16.448
Frete	50.193	40.397	54.869	45.934
Depreciações e amortizações	53.852	58.103	55.897	59.905
Impostos e taxas	8.106	1.062	9.604	1.848
Provisões diversas	25.501	24.092	26.113	25.394
Despesas gerais	<u>22.100</u>	<u>26.507</u>	<u>24.451</u>	<u>30.682</u>
	<u>554.710</u>	<u>491.520</u>	<u>604.771</u>	<u>576.468</u>

25 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração, comitês institucionais, como o comitê de auditoria, o qual é responsável, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

- Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros (“Política”), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais à Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);

b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;

c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;

d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2015:

Consolidado	Vencimento				
	2016	2017	2018 a 2019	2020 em diante	Total
Fornecedores	161.328	-		-	161.328
Empréstimos bancários e financiamentos	58.028	19.304	15.243	13.163	105.738
Debêntures	296.170	348.692	423.936	75.020	1.143.818
Impostos parcelados	729	404	343	2.485	3.961
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>912</u>	<u>15.268</u>	<u>5.647</u>	<u>116</u>	<u>21.943</u>
	<u>517.167</u>	<u>383.668</u>	<u>445.169</u>	<u>90.784</u>	<u>1.436.788</u>

- Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora que representam 12,21% (7,22% em 31 de dezembro de 2014) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado de 14,17% (8,80% em 31 de dezembro de 2014) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 981.772 (R\$ 966.197 em 31 de dezembro de 2014) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao CAE e administração da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

A alavancagem financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	105.738	166.000
Debêntures (a)	<u>1.143.818</u>	<u>1.062.257</u>
Total da dívida bruta	<u>1.249.556</u>	<u>1.228.257</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (excluindo títulos dado em garantia conforme Nota explicativa nº 9. (a).	<u>(531.307)</u>	<u>(440.225)</u>
Dívida líquida	<u>718.248</u>	<u>788.032</u>
Risco sacado – conforme Nota explicativa nº 18	2.729	-
Patrimônio líquido	2.789.950	2.772.166
Índice	0,25842	0,28427

(a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

A Companhia está sujeita a níveis máximos de endividamento nos termos da Nota explicativa nº 18.

Instrumentos financeiros por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

Descrição	Controladora					
	31/12/15			31/12/14		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	475.985	-	-	307.368	-	-
Depósitos judiciais	67.440	-	-	61.267	-	-
Contas a receber de clientes	-	500.358	-	-	570.501	-
Ativos	<u>543.425</u>	<u>500.358</u>	<u>-</u>	<u>368.635</u>	<u>570.501</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	147.573	-	-	108.714
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	105.738	-	-	85.923
Debêntures	-	-	1.143.818	-	-	1.062.257
Impostos parcelados	-	-	840	-	-	1.367
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	10.680	-	-	23.920
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.408.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.282.181</u>

Descrição	Consolidado					
	31/12/15			31/12/14		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	550.655	-	-	465.780	-	-
Depósitos judiciais	69.217	-	-	62.934	-	-
Contas a receber de clientes	-	569.911	-	-	629.506	-
Ativos	<u>619.872</u>	<u>569.911</u>	<u>-</u>	<u>528.714</u>	<u>629.506</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	161.328	-	-	116.275
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	105.738	-	-	166.000
Debêntures	-	-	1.143.818	-	-	1.062.257
Impostos parcelados	-	-	3.961	-	-	4.515
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	21.943	-	-	34.048
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.436.788</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.383.095</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 538.017 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 445.721 em 31 de dezembro de 2014).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício de 2015.

Valores estimados de mercado

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen de 31/12/2015, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 15,38% para o CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em

consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015.

Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 19.348 em 31 de dezembro de 2015, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/15	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	484.012	CDI	74.441	55.831	37.221
			15,38%	11,54%	7,69%
Aplicação Financeira	54.005	IGP-M	3.516	2.637	1.758
			6,51%	4,88%	3,26%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/15	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.147.826	CDI	176.536	220.669	264.803
			15,38%	19,23%	23,07%
Financiamento de capital de giro	81.538	CDI	12.541	15.676	18.811
			15,38%	19,23%	23,07%

(a) Taxa sujeita à variação

Valor justo

	Controladora			
	31/12/15		31/12/14	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	466.110	466.110	290.245	290.245
Depósitos judiciais	67.440	67.440	61.267	61.267
Clientes	500.358	500.358	570.501	570.501
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	147.573	147.573	108.714	108.714
Debêntures	1.143.818	1.121.494	1.062.257	1.054.967
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	105.738	143.654	85.923	85.934

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	538.017	538.017	445.721	445.721
Depósitos judiciais	69.217	69.217	62.934	62.934
Clientes	569.911	569.911	629.506	629.506
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	161.328	161.328	116.275	116.275
Debêntures	1.143.818	1.121.494	1.062.257	1.054.967
Empréstimos e financiamentos:				
Empréstimo bancário - Banco do Brasil	38.315	37.943	71.650	71.661
Empréstimo bancário - Banco do Santander	43.223	42.129	-	-
Empréstimo bancário - Credit Agricole	-	-	80.078	80.078
Demais empréstimos bancários	<u>24.200</u>	<u>24.200</u>	<u>14.272</u>	<u>14.272</u>
	<u>105.738</u>	<u>104.272</u>	<u>166.000</u>	<u>166.011</u>

26 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo circulante – Clientes		
CientificaLab	1.920	684
CERPE	244	197
Previlab	122	77
Lafê	<u>-</u>	<u>2.843</u>
	<u>2.286</u>	<u>3.801</u>
Passivo circulante - Outras contas a pagar		
DASA RE (i)	<u>87</u>	<u>82</u>
	<u>87</u>	<u>82</u>
 <u>Resultado do exercício</u>	 <u>2015</u>	 <u>2014</u>
Receita de serviços		
CientificaLab	9.011	4.687
CERPE	1.361	1.117
Previlab	1.120	876
Lafê	<u>-</u>	<u>5.470</u>
	<u>11.492</u>	<u>12.150</u>
Custos dos serviços prestados		
DASA RE (i)	998	922
CRMI Petrópolis (ii)	494	192
Sérgio Franco (ii)	<u>-</u>	<u>18.304</u> (iii)
	<u>1.492</u>	<u>19.418</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

(iii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas até 30/06/2014.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015

<u>Mutuário</u>	<u>Saldo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>
CERPE	4.445	2019	100% do CDI

c) Remuneração da administração

A remuneração total da administração, incluindo a remuneração fixa e gratificações, foi de R\$ 3.790 no exercício de 2015 (R\$ 2.658 no exercício de 2014) paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 5 membros em ambos os exercícios evidenciados), e de R\$ 9.320 no exercício de 2015 e de R\$ 9.532 no exercício de 2014 paga aos diretores estatutários (contou com 9 diretores estatutários em ambos exercícios).

As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em ações estão divulgadas na Nota explicativa nº 21 (b). Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

d) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- **Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.:** Empresa controlada por Marcelo Noll Barboza, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia desde 24 de julho de 2014. Os pagamentos decorrem de obrigações estabelecidas em compromisso celebrado com a Companhia em razão do término do mandato, em 27 de abril de 2012, para os cargos de Diretor Presidente (posse em 1º de outubro de 2008), Financeiro e Relações com Investidores (ambos desde 13 de fevereiro de 2012). Em 22 de junho de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 328 referente à última parcela de referido compromisso.

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. – CERPE, que presta serviço à Companhia e sua controlada CERPE, em consultoria regional

especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.

- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor de radiologia e métodos gráficos da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014): CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014) CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **DMG Laboratório Médico Ltda.:** Empresa franqueada da marca Sérgio Franco que tem como sócia-gerente Neusa de Godoy Bueno Joaquim, sogra do ex-diretor financeiro regional da marca incorporada em 01 de julho de 2014. A comissão de franquia é calculada com base na receita do serviço gerada pela DMG, observando a mesma sistemática adotada para as demais empresas franqueadas.

- **Lâmina Laboratório de Patologia Prevenção de Câncer Ltda.:** Empresa que tem como sócia Adília Jane de Alcântara Segura, ex-diretora médica não estatutária da Companhia, para a prestação de serviços de patologia clínica para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de exames efetivamente produzidos pela Lâmina, observado o valor correspondente para cada tipo de exame, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia. Não são realizadas operações com a Companhia desde 2013, tendo ocorrido o distrato do contrato no terceiro trimestre de 2015.

- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014) CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Clínica de Ressonância e a controlada Multi-Imagem Petrópolis Ltda.

- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** O Sr. Edson Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, é acionista controlador da Companhia e também Chief Executive Officer do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.

- **Amil Impar:** O Sr. Edson Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. Em 29 de setembro de 2015, a Companhia vendeu para a AMIL IMPAR, bens do ativo imobilizado instalados na Unidade Hospital 9 de Julho por R\$ 420 em 3 parcelas fixas mensais e consecutivas, conforme contrato de compra e venda de ativos firmado entre as partes.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda. (antiga Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.):** O Sr. Edson Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores da empresa PTR7, a qual tem imóveis locados e em comodato com a Companhia e suas controladas.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2015				Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2014			
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	160	-	-	-
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	(389)	-	-	-
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(15)	-	-	-	(15)	-	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	-	-	-	-	(22)	-	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(30)	-	-	-	(28)	-	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(6)	-	-	-	(6)	-	-
- A e C Consultores Ltda.	(37)	-	-	-	(35)	-	-	-
- DMG Laboratório Médico Ltda.	-	-	-	-	27	-	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	85.084	-	-	-	80.357	-	(114)	-
- AMIL Impar (a)	9.877	-	-	-	6.114	-	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(540)	-	-	-	(449)	-	-

(a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros

	Receitas / (Despesas) 31/12/2015				Receitas / (Despesas) 31/12/2014			
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Venda de Ativos
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	(100)	-	-	-	(309)	-	-	-
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(185)	-	-	-	(189)	-	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(275)	-	-	-	(244)	-	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(350)	-	-	-	(318)	-	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(92)	-	-	-	(99)	-	-
- A e C Consultores Ltda.	(440)	-	-	-	(426)	-	-	-
- Pesmed – Pesquisas e Serv. Médicos Ltda.	(296)	-	-	-	(253)	-	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(2.404)	-	-	-	(1.847)	-	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(228)	-	-	-	(201)	-	-	-
- DMG Laboratório Médico Ltda.	(283)	-	-	-	(1.159)	-	-	-
- ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.	(2.704)	-	-	-	(2.010)	-	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	554.510	-	(48.239)	-	512.394	-	(38.950)	-
- AMIL Impar	39.788	-	-	420	34.935	-	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(6.515)	-	-	-	(6.238)	-	-

27 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2016 no montante de R\$ 899 na controladora e no consolidado classificados no passivo circulante.

O prazo médio dos contratos é de 36 meses e estão vinculados a taxas de juros de CDI + 2,03 % a.a.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide Nota explicativa nº 17, estão segregados da seguinte forma:

31/12/15						
	Controladora			Consolidado		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	899	146	1.045	899	146	1.045

31/12/14						
	Controladora			Consolidado		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	3.048	427	3.475	3.048	427	3.475
De um ano e até cinco anos	<u>749</u>	<u>105</u>	<u>854</u>	<u>749</u>	<u>105</u>	<u>854</u>
	<u>3.797</u>	<u>532</u>	<u>4.329</u>	<u>3.797</u>	<u>532</u>	<u>4.329</u>

Os contratos de arrendamento financeiro nacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 2.256 (R\$ 9.468 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

Leasing financeiro internacional

A Companhia é arrendatária de equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços, conforme contratos de arrendamento mercantil que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. O prazo para pagamento é de 84 meses. Para a primeira parcela foi estabelecida uma carência de 6 meses para o pagamento e para as demais os pagamentos ocorrerão trimestralmente e semestralmente. As parcelas trimestrais e semestrais fixadas em dólares norte-americanos serão convertidas para reais pela cotação do dólar no mercado na data do pagamento, acrescidos de juros 2,97% a.a., totalizando um saldo a pagar até 2016 no montante de R\$ 124 classificados no passivo circulante.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

31/12/15						
Controladora			Consolidado			
Valor Presente dos pagamentos Mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	
Até um ano	124	4	128	124	4	128

31/12/14						
Controladora			Consolidado			
Valor Presente dos pagamentos Mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	
Até um ano	1.978	89	2.067	1.978	89	2.067
De um ano e até cinco anos	<u>84</u>	<u>4</u>	<u>88</u>	<u>84</u>	<u>4</u>	<u>88</u>
	<u>2.062</u>	<u>93</u>	<u>2.155</u>	<u>2.062</u>	<u>93</u>	<u>2.155</u>

Os contratos de arrendamento financeiro internacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 126 (R\$ 3.776 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/15			31/12/14		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Dentro de um ano	137.520	1.294	138.814	137.795	2.499	140.294
Após um ano, mas menos de cinco anos	312.226	2.939	315.165	336.264	6.099	342.363
Mais de cinco anos	<u>196.713</u>	<u>-</u>	<u>196.713</u>	<u>120.361</u>	<u>1.791</u>	<u>122.152</u>
	<u>646.459</u>	<u>4.233</u>	<u>650.692</u>	<u>594.420</u>	<u>10.389</u>	<u>604.809</u>

28 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas líquidas e descontos comerciais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita bruta	2.939.107	2.459.951	3.175.025	2.972.348
Deduções:				
Impostos	(173.742)	(150.176)	(189.465)	(179.839)
Provisão por glosas e inadimplência	(26.314)	(48.510)	(33.467)	(59.717)
Perdas por glosas e inadimplência	(109.451)	(13.529)	(117.602)	(18.452)
Descontos	<u>(39.898)</u>	<u>(15.274)</u>	<u>(40.092)</u>	<u>(16.767)</u>
	<u>2.589.702</u>	<u>2.232.462</u>	<u>2.794.399</u>	<u>2.697.573</u>

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas financeiras				
Juros	(196.880)	(157.192)	(200.960)	(167.748)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.847)	(1.880)	1.130	(1.120)
Descontos concedidos (a)	-	(5.163)	-	(8.903)
Outros	<u>(13.660)</u>	<u>(10.791)</u>	<u>(13.473)</u>	<u>(15.045)</u>
	(212.387)	(175.026)	(213.303)	(192.816)
Receitas financeiras				
Juros	88.219	76.377	103.311	88.645
Variações cambiais e monetárias ativas	1.464	1.289	1.465	1.649
Outros	<u>2.674</u>	<u>567</u>	<u>2.661</u>	<u>1.551</u>
	<u>92.357</u>	<u>78.233</u>	<u>107.437</u>	<u>91.845</u>
	<u>(120.030)</u>	<u>(96.793)</u>	<u>(105.866)</u>	<u>(100.971)</u>

- (a) Refere-se essencialmente a descontos concedidos a clientes, no primeiro semestre de 2014, no valor de R\$ 2.276 na controladora e R\$ 5.980 no consolidado, em função de negociação comercial.

30 Eventos subsequentes

Resultado Leilão – OPA Cromossomo Participações II S.A.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia comunicou, que recebeu a correspondência de sua acionista CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A. informando o resultado do leilão ocorrido no dia 01 de fevereiro de 2016 referente à Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações lançada por Cromossomo e detalhada no edital publicado em 29 de dezembro de 2015.

Com a liquidação financeira do leilão em 04 de fevereiro de 2016, de acordo com informações constantes da referida correspondência, foram adquiridas 79.723.350 ações, representativas de 92% do total de ações objeto da oferta, com o que a Ofertante em conjunto com o Sr. Edson de Godoy Bueno e a Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno passaram a deter um total de 304.031.746 ações, representativas de 97,79% do capital da DASA, descontadas as ações em tesouraria.

* * * *

Pedro de Godoy Bueno
Diretor Presidente

Carlos de Barros Jorge Neto
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relação com Investidores

Daniel Vendramini da Silva
TC-CRC 1SP125812/O-1